



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRSTM/SECSTM/GADIR/NUADG

PORTARIA Nº 8136

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições relativas à Administração que lhe são conferidas pelo item 1.23 da Seção IV do Capítulo IX do Título II do Manual de Organização do Superior Tribunal Militar, aprovado pelo [Ato Normativo nº 540](#), de 22 de fevereiro de 2022, bem como o disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos da Justiça Militar da União, aprovado pelo [Ato Normativo nº 238](#), de 31 de outubro de 2017, tal qual o contido no Memorando DIRAD (3409334), de 16 de outubro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º DESIGNAR os servidores, abaixo descritos, a fim de acompanharem e fiscalizarem a execução das Atas de Registro de Preços nº 26/2023 (3385781) e 27/2023 (3385786);, celebradas entre este **SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR** e, respectivamente, as Sociedades Empresárias **A.N.D CAPELLI LTDA** e **PRENSAR MOVEIS LTDA**, visando a aquisição eventual de bens permanentes (mobiliário padronizado), de acordo com o Processo SEI nº 016636/22-00.190:

GESTOR			
BRUNO SGARABOTO - Coordenador da COPAM/DIRAD			
FISCAIS			
TITULAR		SUBSTITUTOS	
JORGE LUÍS ARAÚJO RAMOS - Chefe de Seção	SEPAT/DIRAD	PAULO DANIEL ASSIS DE OLIVEIRA - Assistente I	SEPAT/DIRAD
		JEAN OLIVER GOMES DOS SANTOS - Técnico Judiciário	
		PAULO RICARDO ADAM - Assistente I	

Art. 2º DETERMINAR, obedecendo às disposições do art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ao gestor de contrato, aos fiscais de contrato ou à equipe de fiscalização, o dever de examinar o edital da licitação, o projeto básico ou termo de referência, a proposta da contratada, o contrato e seus aditivos, visando obter o conhecimento necessário para executar, com eficácia, os procedimentos de fiscalização, com vistas a se certificar da fiel execução do objeto pactuado. As respectivas competências podem ser consultadas nos itens 5.2, 5.3, 5.4 e 5.5 do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos da Justiça Militar da União.

Art. 3º As competências da Equipe de Fiscalização de Contrato, bem como o Fluxograma de Pagamento seguem discriminadas nos links abaixo, cabendo ressaltar que as competências do Anexo I - Da Equipe de Fiscalização (3409503), são comuns a todos os membros designados:

- Anexo I - Da Equipe de Fiscalização (3409503) ;
- Anexo II - Do Gestor (3409507);
- Anexo III - Do Fiscal Técnico (3409519).

Publique-se no BJM.

JOSÉ CARLOS NADER MOTTA
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ CARLOS NADER MOTTA, DIRETOR-GERAL**, em 20/10/2023, às 10:17 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3438841** e o código CRC **588676CE**.